

### III. DISPOSITIVO DE ANÁLISE

## O Lugar da Interpretação

Diante das características que evocamos acima e dos conceitos que apresentamos, cabe começar a refletir sobre o dispositivo da análise. Se a linguagem funciona desse modo, como deve proceder o analista? Que escuta ele deve estabelecer para ouvir para lá das evidências e compreender, acolhendo, a opacidade da linguagem, a determinação dos sentidos pela história, a constituição do sujeito pela ideologia e pelo inconsciente, fazendo espaço para o possível, a singularidade, a ruptura, a resistência?

Como dissemos mais acima, a proposta é a da construção de um dispositivo da interpretação. Esse dispositivo tem como característica colocar o dito em relação ao não dito, o que o sujeito diz em um lugar com o que é dito em outro lugar, o que é dito de um modo com o que é dito de outro, procurando ouvir, naquilo que o sujeito diz, aquilo que ele não diz mas que constitui igualmente os sentidos de suas palavras.

A Análise de Discurso não procura o sentido “verdadeiro”, mas o real do sentido em sua materialidade lingüística e histórica. A ideologia não se aprende, o inconsciente não se controla com o saber. A própria língua funciona ideologicamente, tendo em sua materialidade esse jogo. Todo enunciado, dirá M. Pêcheux (idem), é lingüísticamente descritível como uma série de pontos de deriva possível oferecendo lugar à interpretação. Ele é sempre suscetível de ser/tornar-se outro. Esse lugar do outro enunciado é o lugar da interpretação, manifestação do inconsciente e da ideologia na produção dos sentidos e na constituição dos sujeitos. É também em relação à interpretação que podemos considerar o interdiscurso (o exterior) como a alteridade discursiva: “é porque há o outro nas sociedades e na história, diz M. Pêcheux (1990), correspondente a este outro linguajeiro discursivo, que aí pode haver ligação, identificação ou transferência, isto é, existência de uma relação abrindo a possibilidade de interpretar. E é porque há essa ligação que as filiações históricas podem-se organizar em memórias, e as relações sociais em redes de significantes”.



Temos afirmado que não há sentidos “literais” guardados em algum lugar – seja o cérebro ou a língua – e que “aprendemos” a usar. Os sentidos e os sujeitos se constituem em processos em que há transferências, jogos simbólicos dos quais não temos o controle e nos quais o equívoco – o trabalho da ideologia e do inconsciente – estão largamente presentes.

As transferências presentes nos processos de identificação dos sujeitos constituem uma pluralidade contraditória de filiações históricas. Uma mesma palavra, na mesma língua, significa diferentemente, dependendo da posição do sujeito e da inscrição do que diz em uma ou outra formação discursiva. O analista deve poder explicitar os processos de identificação pela sua análise: falamos a mesma língua mas falamos diferente. Se assim é, o dispositivo que ele constrói deve ser capaz de mostrar isso, de lidar com isso. Esse dispositivo deve poder levar em conta ideologia e inconsciente assim considerados.

O dispositivo, a escuta discursiva, deve explicitar os gestos de interpretação que se ligam aos processos de identificação dos sujeitos, suas filiações de sentidos: descrever a relação do sujeito com sua memória. Nessa empreitada, descrição e interpretação se interrelacionam. E é também tarefa do analista distingui-las em seu propósito de compreensão.

Podemos mesmo dizer que a interpretação aparece em dois momentos da análise:

a. em um primeiro momento, é preciso considerar que a interpretação faz parte do objeto da análise, isto é, o sujeito que fala interpreta e o analista deve procurar descrever esse gesto de interpretação do sujeito que constitui o sentido submetido à análise;

b. em um segundo momento, é preciso compreender que não há descrição sem interpretação, então o próprio analista está envolvido na interpretação. Por isso é necessário introduzir-se um dispositivo teórico que possa intervir na

relação do analista com os objetos simbólicos que analisa, produzindo um deslocamento em sua relação de sujeito com a interpretação: esse deslocamento vai permitir que ele trabalhe no entremeio da descrição com a interpretação.

O que se espera do dispositivo do analista é que ela lhe permita trabalhar não numa posição neutra mas que seja relativizada em face da interpretação: é preciso que ele atravesse o efeito de transparência da linguagem, da literalidade do sentido e da onipotência do sujeito. Esse dispositivo vai assim investir na opacidade da linguagem, no descentramento do sujeito e no efeito metafórico, isto é, no equívoco, na falha e na materialidade. No trabalho da ideologia.

A construção desse dispositivo resulta na alteração da posição do leitor para o lugar construído pelo analista. Lugar em que se mostra a alteridade do cientista, a leitura outra que ele pode produzir. Nesse lugar, ele não reflete mas situa, compreende, o movimento da interpretação inscrito no objeto simbólico que é seu alvo. Ele pode então contemplar (teorizar) e expor (descrever) os efeitos da interpretação. Por isso é que dizemos que o analista de discurso, à diferença do hermeneuta, não interpreta, ele trabalha (n)os limites da interpretação. Ele não se coloca fora da história, do simbólico ou da ideologia. Ele se coloca em uma posição deslocada que lhe permite contemplar o processo de produção de sentidos em suas condições.

Sem procurar eliminar os efeitos de evidência produzidos pela linguagem em seu funcionamento e sem pretender colocar-se fora da interpretação – fora da história, fora da língua – o analista produz seu dispositivo teórico de forma a não ser vítima desses efeitos, dessas ilusões, mas a tirar proveito delas. E o faz pela mediação teórica. Para que, no funcionamento do discurso, na produção dos efeitos, ele não reflita apenas no sentido do reflexo, da imagem, da ideologia, mas reflita no sentido do pensar. Isto significa colocar em suspenso a interpretação. Contemplar. Que, na sua origem grega, tem a ver com deus, com o momento em que o herói contempla antes da luta: ele encara sua tarefa. Ele a pensa.



Em nosso caso, trata-se da teoria, no sentido de que não há análise de discurso sem a mediação teórica permanente, em todos os passos da análise, trabalhando a intermitência entre descrição e interpretação que constituem, ambas, o processo de compreensão do analista. É assim que o analista de discurso “encara” a linguagem.

Tendo isso em conta, ele constrói finalmente seu dispositivo analítico, que ele particulariza, a partir da questão que ele coloca face aos materiais de análise que constituem seu corpus e que ele visa compreender, em função do domínio científico a que ele vincula seu trabalho. Com esse dispositivo, ele está em medida de praticar sua análise, e é a partir desse dispositivo que ele interpretará os resultados a que ele chegar pela análise do discurso que ele empreendeu.

Para isso é preciso que ele compreenda como o discurso se textualiza.

### **As Bases da Análise**

Um dos primeiros pontos a considerar, se pensamos a análise, é a constituição do corpus (E. Orlandi, 1998).

A delimitação do corpus não segue critérios empíricos (positivistas) mas teóricos. Em geral distinguimos o corpus experimental e o de arquivo. Quanto à natureza da linguagem, devemos dizer que a análise de discurso interessa-se por práticas discursivas de diferentes naturezas: imagem, som, letra, etc.

Não se objetiva, nessa forma de análise, a exaustividade que chamamos horizontal, ou seja, em extensão, nem a completude, ou exaustividade em relação ao objeto empírico. Ele é inesgotável. Isto porque, por definição, todo discurso se estabelece na relação com um discurso anterior e aponta para outro. Não há discurso fechado em si mesmo mas um processo discursivo do qual se podem recortar e analisar estados diferentes.

A exaustividade almejada – que chamamos vertical – deve ser considerada em relação aos objetivos da análise e à sua temática. Essa exaustividade vertical, em profundidade, leva a conseqüências teóricas relevantes e não trata os “dados” como meras ilustrações. Trata de “fatos” da linguagem com sua memória, sua espessura semântica, sua materialidade lingüístico-discursiva.

Assim, a construção do corpus e a análise estão intimamente ligadas: decidir o que faz parte do corpus já é decidir acerca de propriedades discursivas. Atualmente, considera-se que a melhor maneira de atender à questão da constituição do corpus é construir montagens discursivas que obedeçam critérios que decorrem de princípios teóricos da análise de discurso, face aos objetivos da análise, e que permitam chegar à sua compreensão. Esses objetivos, em consonância com o método e os procedimentos, não visa a demonstração mas a mostrar como um discurso funciona produzindo (efeitos de) sentidos.

E aí não podemos evitar uma distinção produtiva que existe entre discurso e texto. Esta, por sua vez, traz necessariamente consigo a que existe entre sujeito e autor.

O texto é a unidade que o analista tem diante de si e da qual ele parte. O que faz ele diante de um texto? Ele o remete imediatamente a um discurso que, por sua vez, se explicita em suas regularidades pela sua referência a uma ou outra formação discursiva que, por sua vez, ganha sentido porque deriva de um jogo definido pela formação ideológica dominante naquela conjuntura.

A dificuldade está em que não há um contato inaugural com o discurso (ou discursos), com o material que é nosso objeto de análise. Isto porque ele não se dá como algo já discernido e posto. Em grande medida o corpus resulta de uma construção do próprio analista.



A análise é um processo que começa pelo próprio estabelecimento do corpus e que se organiza face à natureza do material e à pergunta (ponto de vista) que o organiza. Daí a necessidade de que a teoria intervenha a todo momento para “reger” a relação do analista com o seu objeto, com os sentidos, com ele mesmo, com a interpretação.

Conseqüentemente, também não dizemos da análise que ela é objetiva mas que ela deve ser o menos subjetiva possível, explicitando o modo de produção de sentidos do objeto em observação.

Por isso mesmo, concluída a análise, o que podemos avaliar é a capacidade analítica do pesquisador, pela habilidade com que ele pratica a teoria, face a sua responsabilidade teórica, portanto, e sua capacidade de escrita – explicitação da análise - para interpretar os resultados de seu processo de compreensão do discurso que analisou.

Uma vez analisado, o objeto permanece para novas e novas abordagens. Ele não se esgota em uma descrição. E isto não tem a ver com a objetividade da análise mas com o fato de que todo discurso é parte de um processo discursivo mais amplo que recortamos e a forma do recorte determina o modo da análise e o dispositivo teórico da interpretação que construímos. Por isso o dispositivo analítico pode ser diferente nas diferentes tomadas que fazemos do corpus, relativamente à questão posta pelo analista em seus objetivos. Isto conduz a resultados diferentes.

Por exemplo, se analisamos um texto do século XVII, pensando o discurso jesuítico na colonização do Brasil, vamos propor um dispositivo que mobiliza noções que não serão as mesmas se considerarmos o mesmo texto em função de uma análise que visa compreender como neles se encontram traços do discurso machista, por exemplo. Os textos, para nós, não são documentos que ilustram idéias pre-concebidas, mas monumentos nos quais se inscrevem as múltiplas possibilidades de leituras. Nem tampouco nos atemos aos seus aspectos formais

cuja repetição é garantida pelas regras da língua – pois nos interessa sua materialidade, que é linguístico-histórica, logo não se remete a regras mas as suas condições de produção em relação à memória, onde intervém a ideologia, o inconsciente, o esquecimento, a falha, o equívoco. O que nos interessa não são as marcas em si mas o seu funcionamento no discurso. É este funcionamento que procuramos descrever e compreender.

### Uma Questão de Método

Há uma passagem inicial fundamental que é a que se faz entre a superfície linguística (o material de linguagem bruto coletado, tal como existe) e o objeto discursivo, este sendo definido pelo fato de que o corpus já recebeu um primeiro tratamento de análise superficial, feito em uma primeira instância, pelo analista, e já se encontra de-superficializado.

Em que concerne esse processo de de-superficialização? Justamente na análise do que chamamos materialidade linguística: o como se diz, o quem diz, em que circunstâncias etc. Isto é, naquilo que se mostra em sua sintaxe e enquanto processo de enunciação (em que o sujeito se marca no que diz), fornecendo-nos pistas para compreendermos o modo como o discurso que pesquisamos se textualiza. Observamos isso em função de formações imaginárias (a imagem que se tem de um eleitor universitário, de um docente, de um candidato a reitor, de movimento social etc), em suas relações de sentido e de forças (de que lugar fala “x”, “y”, etc), através dos vestígios que deixam no fio do discurso.

Com isto procuramos dar conta do chamado esquecimento número 2 (do domínio da enunciação) e que dá a impressão de que aquilo que é dito só poderia ser dito daquela maneira. Com esse primeiro movimento de análise, trabalhamos no sentido de desfazer os efeitos dessa ilusão: construímos, a partir do material bruto, um objeto discursivo em que analisamos o que é dito nesse discurso e o que é dito em outros, em outras condições, afetados por diferentes memórias discursivas.



Começa a aparecer aí o modo de funcionamento do discurso, observada a relação que existe entre diferentes superfícies lingüísticas face ao mesmo processo discursivo. Com isto detectamos a relação do discurso com as formações discursivas.

O objeto discursivo não é dado, ele supõe um trabalho do analista e para se chegar a ele é preciso, numa primeira etapa de análise, converter a superfície lingüística (o corpus bruto), o dado empírico, de um discurso concreto, em um objeto teórico, isto é, um objeto lingüisticamente de-superficializado, produzido por uma primeira abordagem analítica que trata criticamente a impressão de "realidade" do pensamento, ilusão que sobrepõe palavras, idéias e coisas.

A partir desse momento, estamos em medida de analisar propriamente a discursividade que é nosso objetivo porque já começamos a entrar no processo discursivo e saímos de seu produto acabado, no qual estávamos presos, e cujos efeitos nos afetam lingüística e ideologicamente. A análise, aliás, visa justamente deslocar o sujeito face a esses efeitos. Esse é já um movimento de compreensão que se sustenta em uma primeira etapa de análise praticada pelo dispositivo analítico.

No exemplo que apresentamos, construímos o objeto discursivo, colocando o texto exposto no campus *Vote Sem Medo* em relação com o texto por nós formulado como contraponto *Vote Com Coragem*. Essa já é uma construção da análise e desfaz o produto enquanto tal para fazer aparecer o processo. Com isso, já estamos nos colocando teoricamente em guarda, do ponto de vista dos efeitos do discurso, e produzindo um recorte que vai organizando o corpus.

Nosso ponto de partida é o de que a análise de discurso visa compreender como um objeto simbólico produz sentidos. A transformação da superfície lingüística em um objeto discursivo é o primeiro passo para essa compreensão. Inicia-se o trabalho de análise pela configuração do corpus, delineando-se seus limites, fazendo recortes, na medida mesma em que se vai

incidindo um primeiro trabalho de análise, retomando-se conceitos e noções, pois a análise de discurso tem um procedimento que demanda um ir-e-vir constante entre teoria, consulta ao corpus e análise. Esse procedimento dá-se ao longo de todo o trabalho.

Começamos por observar o modo de construção, a estruturação, o modo de circulação e os diferentes gestos de leitura que constituem os sentidos do texto submetido à análise. A partir desse momento estamos em condição de desenvolver a análise, a partir dos vestígios que aí vamos encontrando, podendo ir mais longe, na procura do que chamamos processo discursivo.

No exemplo que tomamos, só podemos compreender o que é esse modo peculiar de significar do discurso político universitário, se aprofundarmos a análise e atingirmos, em uma segunda fase, o processo discursivo. Nessa nova passagem, agora do objeto para o processo discursivo, passamos ao mesmo tempo do delineamento das formações discursivas para sua relação com a ideologia, o que nos permite compreender como se constituem os sentidos desse dizer. No caso de *Vote Sem Medo*, é nesse passo que vemos, na rede de filiação de sentidos e suas relações desenhadas pela ideologia, o compromisso desse dizer com a memória do fascismo, como um efeito que os próprios locutores podem até mesmo des-conhecer mas que está lá com sua eficácia. Entre as inúmeras possibilidades de formulação, os sujeitos dizem x e não y, significando, produzindo-se em processos de identificação que aparecem como se estivessem referidos a sentidos que ali estão, enquanto produtos da relação evidente de palavras e coisas. Mas, como dissemos, as palavras refletem sentidos de discursos já realizados, imaginados ou possíveis. É desse modo que a história se faz presente na língua.

Processos como paráfrase, metáfora, sinonímia são presença da historicidade na língua. Dito de outro modo, esses processos atestam, na língua, sua capacidade de historicizar-se.



Fatos vividos reclamam sentidos e os sujeitos se movem entre o real da língua e o da história, entre o acaso e a necessidade, o jogo e a regra, produzindo gestos de interpretação. De seu lado, o analista encontra, no texto, as pistas dos gestos de interpretação, que se tecem na historicidade. Pelo seu trabalho de análise, pelo dispositivo que constrói, considerando os processos discursivos, ele pode explicitar o modo de constituição dos sujeitos e de produção dos sentidos. Passa da superfície lingüística (corpus bruto, textos) para o objeto discursivo e deste para o processo discursivo. Isto resulta, para o analista com seu dispositivo, em mostrar o trabalho da ideologia. Em outras palavras, é trabalhando essas etapas da análise que ele observa os efeitos da língua na ideologia e a materialização desta na língua. Ou, o que, do ponto de vista do analista, é o mesmo: é assim que ele apreende a historicidade do texto.

Destaca-se aí a textualização do político, entendido discursivamente: a simbolização das relações de poder presentes no texto.

### **Textualidade e Discursividade**

Quando falamos em historicidade, não pensamos a história refletida no texto mas tratamos da historicidade do texto em sua materialidade. O que chamamos historicidade é o acontecimento do texto como discurso, o trabalho dos sentidos nele. Sem dúvida, há uma ligação entre a história externa e a historicidade do texto (trama de sentidos nele) mas essa ligação não é direta, nem automática, nem funciona como uma relação de causa-e-efeito.

Não vemos nos textos os “conteúdos” da história. Eles são tomados como discursos, em cuja materialidade está inscrita a relação com a exterioridade. Entre a evidência empírica e o cálculo formal exato, trabalhamos, na Análise de Discurso, em uma região menos visível, menos óbvia e menos demonstrável, mas igualmente relevante, que é a da materialidade histórica da linguagem. O texto, referido à discursividade, é o vestígio mais

importante dessa materialidade, funcionando como unidade de análise. Unidade que se estabelece, pela historicidade, como unidade de sentido em relação à situação.

Dessa maneira, o texto não é definido pela sua extensão: ele pode ter desde uma só letra até muitas frases, enunciados, páginas etc. Uma letra “O”, escrita em uma porta, ao lado de outra com a letra “A”, indicando-nos os banheiros masculino e feminino, é um texto pois é uma unidade de sentido naquela situação. E isso refere, em nossa memória, o fato de que em nossa sociedade, em nossa história, a distinção masculino/feminino é significativa e é praticada socialmente até para distinguir lugares próprios (e impróprios...). Por isso esse “O” tem seu sentido: tem sua historicidade, resulta em um trabalho de interpretação. Do mesmo modo, “Vote Sem Medo” tem seus sentidos, dos quais apontamos alguns. Mas um texto pode ser, também, todo um livro, que faz sentido na situação literária, apresentando-se como um romance, por exemplo. Portanto não é a extensão que delimita o que é um texto. Como dissemos, é o fato de, ao ser referido à discursividade, constituir uma unidade em relação à situação.

Ser escrito ou oral também não muda a definição do texto. Como a materialidade conta, certamente um texto escrito e um oral significam de modo específico particular a suas propriedades materiais. Mas ambos são textos.

Se o texto é unidade de análise, só pode sê-lo porque representa uma contrapartida à unidade teórica, o discurso, definido como efeito de sentidos entre locutores. O texto é texto porque significa. Então, para a análise de discurso, o que interessa não é a organização lingüística do texto, mas como o texto organiza a relação da língua com a história no trabalho significativo do sujeito em sua relação com o mundo. É dessa natureza sua unidade: lingüístico-histórica.

Consideramos o texto não apenas como um “dado” lingüístico (com suas marcas, organização etc) mas como “fato” discursivo,



trazendo a memória para a consideração dos elementos submetidos à análise. São os fatos que nos permitem chegar à memória da língua: desse modo podemos compreender como o texto funciona, enquanto objeto simbólico.

Como os textos são fatos de linguagem por excelência, os estudos que não tratam da textualidade não alcançam a relação com a memória da língua.

Para compreender - como se propõe a análise de discurso - o leitor deve-se relacionar com os diferentes processos de significação que acontecem em um texto. Esses processos, por sua vez, são função da sua historicidade. Compreender como um texto funciona, como ele produz sentidos, é compreendê-lo enquanto objeto linguístico-histórico, é explicitar como ele realiza a discursividade que o constitui.

Os textos individualizam - como unidade - um conjunto de relações significativas. Eles são assim unidades complexas, constituem um todo que resulta de uma articulação de natureza linguístico-histórica. Todo texto é heterogêneo: quanto à natureza dos diferentes materiais simbólicos (imagem, som, grafia etc); quanto à natureza das linguagens (oral, escrita, científica, literária, narrativa, descrição etc); quanto às posições do sujeito. Além disso, podemos considerar essas diferenças em função das formações discursivas: em um texto não encontramos apenas uma formação discursiva, pois ele pode ser atravessado por várias formações discursivas que nele se organizam em função de uma dominante.

Segundo o que pensamos, o discurso é uma dispersão de textos e o texto é uma dispersão do sujeito. O sujeito se subjetiva de maneiras diferentes ao longo de um texto. Há pontos de subjetivação ao longo de toda a textualidade. O discurso universitário, por exemplo, se constitui de uma dispersão de textos: os de professores, de alunos, de funcionários, de administradores, textos burocráticos, científicos, pedagógicos etc. Toda essa textualidade faz parte do discurso universitário. Inclusive os das eleições de cargos de direção, reitoria etc.

Por outro lado, mesmo textos ainda não escritos ou ditos poderão vir a compor esse conjunto de textos que compõem o que é o discurso universitário. Daí que D. Maingueneau (1984), retomando Foucault (1969), dirá que o discurso é uma dispersão de textos cujo modo de inscrição histórica permite definir como um espaço de regularidades enunciativas, diríamos enunciativo-discursivas. Dizer "discurso universitário" não é tanto enviar a um conjunto de textos efetivos mas a um conjunto virtual, a dos textos passíveis de serem produzidos conforme as coerções de uma formação discursiva. De tal modo que um texto como o "Vote Sem Medo" afixado no campus na época das eleições para reitor faz parte do discurso universitário e deve levar isto em conta. Assim também outros enunciados que se produzem nas mesmas condições histórico-ideológicas também fazem parte desse discurso e se constituem relativamente às coerções da formação em que se inscrevem.

O discurso, por princípio, não se fecha. É um processo em curso. Ele não é um conjunto de textos mas uma prática. É nesse sentido que consideramos o discurso no conjunto das práticas que constituem a sociedade na história, com a diferença de que a prática discursiva se especifica por ser uma prática simbólica.

Um sujeito não produz só um discurso; um discurso não é igual a um texto.

Como vimos acima, na dispersão de textos que constituem um discurso, a relação com as formações discursivas é fundamental, por isso, no procedimento de análise, devemos procurar remeter os textos ao discurso e esclarecer as relações deste com as formações discursivas pensando, por sua vez, as relações destas com a ideologia. Este é o percurso que constitui as diferentes etapas da análise, passando-se da superfície lingüística ao processo discursivo. Correspondentemente, passamos pela análise dos esquecimentos e chegamos mais perto do real dos sentidos na observação das posições dos sujeitos.



Podemos então concluir que a análise do discurso não está interessada no texto em si como objeto final de sua explicação, mas como unidade que lhe permite ter acesso ao discurso. O trabalho do analista é percorrer a via pela qual a ordem do discurso se materializa na estruturação do texto (e a da língua na ideologia). Isso corresponde a saber como o discurso se textualiza.

O texto, como dissemos, é a unidade de análise afetada pelas condições de produção e é também o lugar da relação com a representação da linguagem: som, letra, espaço, dimensão direcionada, tamanho. Mas é também, e sobretudo, espaço significativo: lugar de jogo de sentidos, de trabalho da linguagem, de funcionamento da discursividade. Como todo objeto simbólico, ele é objeto de interpretação. O analista tem de compreender como ele produz sentidos, o que implica em saber tanto como ele pode ser lido, quanto como os sentidos estão nele. Na análise de discurso, não se toma o texto como ponto de partida absoluto (dadas as relações de sentidos) nem de chegada. Um texto é só uma peça de linguagem de um processo discursivo bem mais abrangente e é assim que deve ser considerado. Ele é um exemplar do discurso.

Feita a análise, não é sobre o texto que falará o analista mas sobre o discurso. Uma vez atingido o processo discursivo que é responsável pelo modo como o texto significa, o texto ou textos particulares analisados desaparecem como referências específicas para dar lugar à compreensão de todo um processo discursivo do qual eles – e outros que nem conhecemos – são parte. Eles tampouco estão relacionados apenas aos processos discursivos que eram objeto daquela análise em particular e permanecem abertos a novas análises. O que temos, como produto da análise, é a compreensão dos processos de produção de sentidos e de constituição dos sujeitos em suas posições.

A mediação de um dispositivo analítico, da teoria e dos objetivos do analista dão ao texto seu estatuto como unidade da análise. Os textos, enquanto objetos que se constituem em materiais da Análise de Discurso, são provisórios. A duração

do texto se dá, de um lado, empiricamente, porque são constituídos de materiais tangíveis, e, de outro, no trabalho de arquivo porque eles permanecem (são acondicionados) como parte da memória institucionalizada. Feita a análise, no entanto, o analista prescinde dos textos. Uma vez atingido o processo discursivo este é que dá ao analista as indicações de que ele necessita para compreender a produção dos sentidos. Os textos deixam de ser seus objetos.

### **Autor e Sujeito: O Imaginário e O Real**

As distinções que estamos propondo estabelecem uma relação entre texto e discurso que tem uma sua contraparte na que fazemos entre autor e sujeito. O sujeito, diríamos, está para o discurso assim como o autor está para o texto. Se a relação do sujeito com o texto é a da dispersão, no entanto a autoria implica em disciplina, organização, unidade.

Assim como definimos o discurso como efeito de sentido entre locutores e consideramos, na sua contrapartida, o texto, como sendo uma unidade que podemos, empiricamente, representar como tendo começo, meio e fim, uma superfície lingüística fechada nela mesma, assim também consideramos o sujeito como resultando da interpelação do indivíduo pela ideologia, mas o autor, no entanto, é representação de unidade e delimita-se na prática social como uma função específica do sujeito.

Como diz Vignaux (1979), o discurso não tem como função constituir a representação de uma realidade. No entanto, ele funciona de modo a assegurar a permanência de uma certa representação. Para isso, diríamos, há na base de todo discurso um projeto totalizante do sujeito, projeto que o converte em autor. O autor é o lugar em que se realiza esse projeto totalizante, o lugar em que se constrói a unidade do sujeito. Como o lugar da unidade é o texto, o sujeito se constitui como autor ao constituir o texto em sua unidade, com sua coerência e completude. Coerência e completude imaginárias.

Creio que aqui é útil distinguir algo que faz parte da reflexão da Análise de Discurso como um seu princípio. É a distinção



entre real e imaginário. O que temos, em termos de real do discurso, é a descontinuidade, a dispersão, a incompletude, a falta, o equívoco, a contradição, constitutivas tanto do sujeito como do sentido. De outro lado, a nível das representações, temos a unidade, a completude, a coerência, o claro e distinto, a não contradição, na instância do imaginário. É por essa articulação necessária e sempre presente entre o real e o imaginário que o discurso funciona. É também dessa natureza a distinção (relação necessária) entre discurso e texto, sujeito e autor.

Trata-se de considerar a unidade (imaginária) na dispersão (real): de um lado, a dispersão dos textos e do sujeito; de outro, a unidade do discurso e a identidade do autor. Assim, mesmo se o próprio do discurso e do sujeito é sua incompletude, sua dispersão, e que um texto seja heterogêneo pois pode ser afetado por distintas formações discursivas, diferentes posições do sujeito, ele é regido pela força do imaginário da unidade, estabelecendo-se uma relação de dominância de uma formação discursiva com as outras, na sua constituição. Esse é mais um efeito discursivo regido pelo imaginário, o que lhe dá uma direção ideológica, uma ancoragem política.

### **Função-Autor**

Podemos então dizer que a autoria é uma função do sujeito. A função-autor, que é uma função discursiva do sujeito, estabelece-se ao lado de outras funções, estas enunciativas, que são o locutor e o enunciador, tal como as define O. Ducrot (1984): o locutor é aquele que se representa como “eu” no discurso e o enunciador é a perspectiva que esse “eu” constrói.

O que é a função-autor discursiva tal como a concebemos? Para responder vamos fazer um contorno por Foucault (1971).

Segundo Foucault (idem), há processos internos de controle do discurso que se dão a título de princípios de classificação, de ordenação, de distribuição, visando domesticar a dimensão de acontecimento e de acaso do discurso. Normatizando-o, diríamos. Tal controle pode ser observado em noções como as de comentário, de disciplina, e, justamente, na de autor. Essas

noções têm um papel multiplicador mas têm também função restritiva e coercitiva.

O autor é então considerado como princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como fulcro de sua coerência.

Mas para Foucault (ibid) o princípio da autoria não vale para tudo nem de forma constante: há discursos, como as conversas, receitas, decretos, contratos, que precisam de quem os assine mas, segundo Foucault, não de autores.

Em meu trabalho desloquei essa noção de modo a considerar, à diferença de Foucault, que a própria unidade do texto é efeito discursivo que deriva do princípio da autoria. Dessa maneira, atribuímos um alcance maior e que especifica o princípio da autoria como necessário para qualquer discurso, colocando-o na origem da textualidade. Em outras palavras: um texto pode até não ter um autor específico mas, pela função-autor, sempre se imputa uma autoria a ele.

Retomamos então Foucault (idem): o princípio do autor limita o acaso do discurso pelo jogo de uma identidade que tem a forma da individualidade e do eu. É assim que pensamos a autoria como uma função discursiva: se o locutor se representa como eu no discurso e o enunciador é a perspectiva que esse eu assume, a função discursiva autor é a função que esse eu assume enquanto produtor de linguagem, produtor de texto. Ele é, das dimensões do sujeito, a que está mais determinada pela exterioridade – contexto sócio-histórico – e mais afetada pelas exigências de coerência, não contradição, responsabilidade etc.

Sendo a autoria a função mais afetada pelo contato com o social e com as coerções, ela está mais submetida às regras das instituições e nela são mais visíveis os procedimentos disciplinares. Se o sujeito é opaco e o discurso não é transparente, no entanto o texto deve ser coerente, não-contraditório e seu autor deve ser visível, colocando-se na origem de seu dizer. É do autor que se exige: coerência, respeito às normas



estabelecidas, explicitação, clareza, conhecimento das regras textuais, originalidade, relevância e, entre outras coisas, unidade, não-contradição, progressão e duração de seu discurso, ou melhor, de seu texto.

Essas exigências têm uma finalidade: elas procuram tornar o sujeito visível (enquanto autor) com suas intenções, objetivos, direção argumentativa. Um sujeito visível é calculável, identificável, controlável. Como autor, o sujeito ao mesmo tempo em que reconhece uma exterioridade à qual ele deve se referir, ele também se remete a sua interioridade, construindo desse modo sua identidade como autor. Trabalhando a articulação interioridade/exterioridade, ele “aprende” a assumir o papel de autor e aquilo que ele implica. A esse processo, chamei (E. Orlandi, 1988) assunção da autoria. Segundo ela, o autor é o sujeito que, tendo o domínio de certos mecanismos discursivos, representa, pela linguagem, esse papel na ordem em que está inscrito, na posição em que se constitui, assumindo a responsabilidade pelo que diz, como diz etc.

Não basta falar para ser autor. A assunção da autoria implica uma inserção do sujeito na cultura, uma posição dele no contexto histórico-social. Aprender a se representar como autor é assumir, diante das instâncias institucionais, esse papel social na sua relação com a linguagem: constituir-se e mostrar-se autor (E. Orlandi, 1988).

O sujeito precisa passar da multiplicidade de representações possíveis para a organização dessa dispersão num todo coerente, apresentando-se como autor, responsável pela unidade e coerência do que diz.

Essa representação do sujeito, ou melhor, essa sua função, tem seu pólo correspondente que é o leitor. De tal modo isso é assim que cobra-se do leitor um modo de leitura especificado pois ele está, como o autor, afetado pela sua inserção no social e na história. O leitor tem sua identidade configurada enquanto tal pelo lugar social em que se define “sua” leitura, pela qual, aliás ele é considerado responsável. Isso varia segundo a forma histórica, tal como para a autoria: não se é autor (ou leitor) do mesmo modo na Idade Média e hoje. Entre outras coisas, porque

a relação com a interpretação é diferente nas diferentes épocas, assim como também é diferente o modo de constituição do sujeito nos modos como ele se individualiza (se identifica) na relação com as diferentes instituições, em diferentes formações sociais, tomadas na história. Trabalham aí as diferentes formas do confronto do político com o simbólico.

### A Análise: Dispositivo e Procedimentos

Os procedimentos da Análise de Discurso têm a noção de funcionamento como central, levando o analista a compreendê-lo pela observação dos processos e mecanismos de constituição de sentidos e de sujeitos, lançando mão da paráfrase e da metáfora como elementos que permitem um certo grau de operacionalização dos conceitos.

Vamos aqui retomar o que já referimos no item Uma Questão de Método, a saber, que a análise se faz por etapas que correspondem à tomada em consideração de propriedades do discurso referidas a seu funcionamento, e vamos cotejar as etapas com os procedimentos que dão forma ao dispositivo.

Estas etapas de análise têm, como seu correlato, o percurso que nos faz passar do texto ao discurso, no contato com o corpus, o material empírico.

Elas estão assim dispostas em sua correlação:

1ª Etapa: Passagem da	Superfície Lingüística	Texto
	para o	(Discurso)
2ª Etapa: Passagem do	Objeto Discursivo	Formação Discursiva
	para o	
3ª Etapa:	Processo Discursivo	Formação Ideológica

Na primeira etapa, o analista, no contato com o texto, procura ver nele sua discursividade e incidindo um primeiro lance de análise – de natureza lingüístico enunciativa – constrói um objeto discursivo em que já está considerado o esquecimento número 2 (da instância da enunciação), desfazendo assim a ilusão de que aquilo que foi dito só poderia sê-lo daquela maneira. Desnaturaliza-se a relação palavra-coisa.



Nesse momento da análise é fundamental o trabalho com as paráfrases, sinonímia, relação do dizer e não-dizer etc. Esta etapa prepara o analista para que ele comece a vislumbrar a configuração das formações discursivas que estão dominando a prática discursiva em questão. O que ele faz é tornar visível o fato de que ao longo do dizer se formam famílias parafrásticas relacionando o que foi dito com o que não foi dito, com o que poderia ser dito etc. Estes outros dizeres aí observados dão as delimitações das formações discursivas que intervêm, fazendo as palavras significarem de maneira x ou y.

Na segunda etapa, a partir do objeto discursivo, o analista vai incidir uma análise que procura relacionar as formações discursivas distintas - que podem ter-se delineado no jogo de sentidos observado pela análise do processo de significação (paráfrase, sinonímia etc.) - com a formação ideológica que rege essas relações. Aí é que ele atinge a constituição dos processos discursivos responsáveis pelos efeitos de sentidos produzidos naquele material simbólico, de cuja formulação o analista partiu. Ao longo de todo o procedimento analítico, ao lado do mecanismo parafrástico, cabe ao analista observar o que chamamos efeitos metafóricos.

A definição do efeito metafórico permite-nos, pondo em relação discurso e língua, objetivar, na análise, o modo de articulação entre estrutura e acontecimento. O efeito metafórico, nos diz M. Pêcheux (1969), é o fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual, lembrando que este deslizamento de sentido entre x e y é constitutivo tanto do sentido designado por x como por y.

Como esse efeito é característico das línguas (naturais), por oposição aos códigos e às línguas artificiais, podemos dizer que não há língua sem esses deslizes, logo não há língua que não ofereça lugar à interpretação. Em outras palavras, a interpretação é constitutiva da própria língua. E onde está a interpretação está a relação da língua com a história para significar.

A metáfora é constitutiva do processo mesmo de produção de sentido e da constituição do sujeito. Falamos da metáfora não vista como desvio mas como transferência. Na representação abaixo podemos observar o trabalho produzido pelo deslize (a deriva), pelo efeito metafórico, lugar da interpretação e da historicidade.

a, b, c, d



e, b, c, d



e, f, c, d



e, f, g, d



e, f, g, h

Nessa representação, o ponto de partida (a, b, c, d) e o ponto de chegada (e, f, g, h), através dos deslizamentos de sentidos – efeitos metafóricos – que se deram de próximo em próximo, são totalmente diferentes. Mas essa diferença é sustentada em um mesmo ponto que desliza de próximo em próximo, o que nos leva a dizer que há um mesmo nessa diferença.

O processo de produção de sentidos está necessariamente sujeito ao deslize, havendo sempre um “outro” possível que o constitui. Como dissemos, o deslize de a para e faz parte do sentido de a e de e. Tanto o diferente como o mesmo são produção da história, são afetados pelo efeito metafórico.

Na representação dessa figura, vemos aí a historicidade representada pelos deslizes produzidos nas relações de paráfrase que instalam o dizer na articulação de diferentes formações discursivas, submetendo-os à metáfora (transferências), aos deslocamentos: possíveis “outros”. Falamos a mesma língua



mas falamos diferente. Dizemos as mesmas palavras mas elas podem significar diferente. As palavras remetem a discursos que derivam seus sentidos das formações discursivas, regiões do interdiscurso que, por sua vez, representam no discurso as formações ideológicas.

Como dissemos, o interdiscurso significa justamente a relação do discurso com uma multiplicidade de discursos, ou seja, ele é um conjunto não discernível, não representável de discursos que sustentam a possibilidade mesma do dizer, sua memória. Representa assim a alteridade por excelência (o Outro), a historicidade.

Desse modo é que temos dito que a historicidade deve ser compreendida em análise de discurso como aquilo que faz com que os sentidos sejam os mesmos e também que eles se transformem.

O efeito metafórico, o deslize – próprio da ordem do simbólico – é lugar da interpretação, da ideologia, da historicidade. Essa é a relação entre a língua e o discurso: a língua é pensada “como sistema sintático intrínsecamente passível de jogo e a discursividade como inscrição de efeitos lingüísticos materiais na história” como diz M. Pêcheux (1980). Efeitos materiais na história, deslizes, paráfrase, metáfora. Eis um conjunto de noções que sustentam a possibilidade da análise. Num retorno contínuo do objeto de análise para a teoria, num movimento constante de descrição e interpretação, o analista tece as intrincadas relações do discurso, da língua, do sujeito, dos sentidos, articulando ideologia e inconsciente.

Este modo de conceber o deslize, o efeito metafórico, como parte do funcionamento discursivo, liga-se à maneira de se conceber a ideologia. Pensando-se a interpretação, esse efeito aponta-nos para o “discurso duplo e uno”. Essa duplicidade faz referir um discurso a um discurso outro para que ele faça sentido; na Psicanálise, isso envolve o inconsciente, na Análise de

Discurso, envolve também a ideologia. Essa duplicidade, esse equívoco é trabalhado como a questão ideológica fundamental, pensando a relação material do discurso à língua e a da ideologia ao inconsciente.

É nesse lugar, em que língua e história se ligam pelo equívoco, lugar dos deslizes de sentidos como efeito metafórico, que se define o trabalho ideológico, o trabalho da interpretação. Como esse efeito que constitui os sentidos constitui também os sujeitos, podemos dizer que a metáfora está na base de constituição dos sentidos e dos sujeitos.

Estas características dos mecanismos discursivos, esses efeitos e articulações devem estar presentes no modo como o analista constrói seu dispositivo de modo a que o deslocamento produzido pelo dispositivo em seu olhar leitor trabalhe a interpretação enquanto exposição do sujeito à historicidade (ao equívoco, à ideologia) na sua relação com o simbólico.

Nas condições de produção desse dispositivo deve ainda entrar a questão feita pelo analista pois ela é que o orienta na construção do fato que ele vai analisar, determinando assim as características do material simbólico que ele submeterá à sua observação.

No exemplo analisado teríamos:

Vote Sem Medo



Vote Com Coragem

Onde podemos observar os deslizes ( sem ⇒ com; medo ⇒ coragem) tendo como condição de produção o campo e como questão do analista: sendo as posições em jogo autodenominadas de esquerda, de que posição (política acadêmica, partidária) material (real) estão falando esses sujeitos? Que efeitos de sentidos são aí produzidos, que propriedades estão sendo constituídas (atribuídas) para os eleitores?



## O Dito e o Não Dito

Se as novas maneiras de ler, inauguradas pelo dispositivo teórico da análise de discurso, nos indicam que o dizer tem relação com o não dizer, isto deve ser acolhido metodologicamente e praticado na análise.

O não-dizer tem sido objeto de reflexão de alguns lingüistas dos quais tomo como exemplar o trabalho desenvolvido por O. Ducrot (1972). Distinguindo, na origem de sua reflexão, como diferentes formas de não-dizer (implícito), o pressuposto e o subentendido, este autor vai separar aquilo que deriva propriamente da instância da linguagem (pressuposto) daquilo que se dá em contexto (subentendido). Se digo “Deixei de fumar” o pressuposto é que eu fumava antes, ou seja, não posso dizer que “deixei de fumar” se não fumava antes. O posto (o dito) traz consigo necessariamente esse pressuposto (não dito mas presente). Mas o motivo, por exemplo, fica como subentendido. Pode-se pensar que é porque me fazia mal. Pode ser também que não seja essa razão. O subentendido depende do contexto. Não pode ser asseverado como necessariamente ligado ao dito. Essa teoria – a da semântica argumentativa – desenvolveu-se aprofundando certas noções, modificando outras, mas mantém o fato de que o não-dito é subsidiário ao dito. De alguma forma, o complementa, acrescenta-se.

De todo modo, sabe-se por aí que, ao longo do dizer, há toda uma margem de não-ditos que também significam.

Na análise de discurso, há noções que encampam o não-dizer: a noção de interdiscurso, a de ideologia, a de formação discursiva. Consideramos que há sempre no dizer um não-dizer necessário. Quando se diz “x”, o não-dito “y” permanece como uma relação de sentido que informa o dizer de “x”. Isto é, uma formação discursiva pressupõe uma outra: “terra” significa pela sua diferença com “Terra”, “com coragem” significa pela sua relação com “sem medo” etc. Além disso, o que já foi dito mas já foi esquecido tem um efeito sobre o dizer que se atualiza em

uma formulação. Em outras palavras, o interdiscurso determina o intradiscurso: o dizer (presentificado) se sustenta na memória (ausência) discursiva.

Vale lembrar que há outra forma de se trabalhar o não-dito na análise de discurso. Trata-se do silêncio (E. Orlandi, 1993). Este pode ser pensado como a respiração da significação, lugar de recuo necessário para que se possa significar, para que o sentido faça sentido. É o silêncio como horizonte, como iminência de sentido. Esta é uma das formas de silêncio, a que chamamos silêncio fundador: silêncio que indica que o sentido pode sempre ser outro. Mas há outras formas de silêncio que atravessam as palavras, que “falam” por elas, que as calam.

Desse modo distinguimos o silêncio fundador (que, como dissemos, faz com que o dizer signifique) e o silenciamento ou política do silêncio que, por sua vez, se divide em: silêncio constitutivo, pois uma palavra apaga outras palavras (para dizer é preciso não-dizer: se digo “sem medo” não digo “com coragem”) e o silêncio local, que é a censura, aquilo que é proibido dizer em uma certa conjuntura (é o que faz com que o sujeito não diga o que poderia dizer: numa ditadura não se diz a palavra ditadura não porque não se saiba mas porque não se pode dizê-lo). As relações de poder em uma sociedade como a nossa produzem sempre a censura, de tal modo que há sempre silêncio acompanhando as palavras. Daí que, na análise, devemos observar o que não está sendo dito, o que não pode ser dito, etc. Em nosso exemplo, cabe perguntar: o que Vote Sem Medo silencia, o que ele não deixa dizer?

Essas reflexões podem levar à seguinte questão: se o não-dizer significa, então o analista pode tomar tudo o que não foi dito como relativo ao dito em análise? Não há limite para isso? Esta é uma questão de método: partimos do dizer, de suas condições e da relação com a memória, com o saber discursivo para delinear as margens do não-dito que faz os contornos do dito significativamente. Não é tudo que não foi dito, é só o não dito relevante para aquela situação significativa.

Não é pois uma questão de tudo ou nada, nem de critério positivo. Há recortes que mostram o não-dizer que constitui o processo discursivo em questão em cada uma de nossas análises.



Mas isso significa também que é preciso que a teoria e o método explicitem de que não-dizer estamos falando, de como o consideramos e quais são os procedimentos para sua análise. Esses são os indicadores das diferenças entre, por exemplo, uma posição pragmática, uma posição enunciativa e uma posição discursiva. Não é do mesmo não-dizer que estamos falando em cada uma dessas teorias. E a maneira de analisar o não-dito, em cada uma delas, difere e dá como resultado conclusões diferentes, com conseqüências diferentes a respeito de nossa compreensão dos sentidos e dos sujeitos em sua relação com o simbólico, com a ideologia, com o inconsciente.

Este é um ponto crucial nas diferentes formas de análise da linguagem, pois, de certo modo, estão articuladas:

- a. as diferentes concepções de língua (sistema abstrato, material ou empírico; sujeito a falhas, um todo perfeito, um sistema fechado em si mesmo);
- b. diferentes naturezas de exterioridade (contexto, situação empírica, interdiscurso, condições de produção, circunstâncias de enunciação);
- c. diferentes concepções do não-dito (implícito, silêncio, implicatura etc).

No caso que analisamos, como dissemos, ao dizer “Vote Sem Medo” estamos silenciando outro dizer “Vote Com Coragem” que produziria sentidos em outra direção, de acordo com outra memória, significando outra posição dos sujeitos etc. Além disso, saindo dessa família parafrástica, há outros dizeres que aí não são ditos e que significariam diferentemente: por exemplo, expor o programa do candidato em relação a possíveis políticas educacionais como em uma faixa que dissesse “Vote no candidato x, Vote na Escola Pública”, ou “Vote no candidato y, vote a favor da privatização”.... Esses seriam textos que fariam presentes outras discursividades, que engajariam os candidatos em políticas universitárias mais definidas. Isso só para dar um exemplo de como o que não é dito, o que é silenciado constitui

igualmente o sentido do que é dito. As palavras se acompanham de silêncio e são elas mesmas atravessadas de silêncio. Isso tem que fazer parte da observação do analista.

Entre o dizer e o não dizer desenrola-se todo um espaço de interpretação no qual o sujeito se move. É preciso dar visibilidade a esse espaço através da análise baseada nos conceitos discursivos e em seus procedimentos de análise. A eleição do reitor naquele campus certamente foi decidida menos pelo que foi dito e muito mais pelo que não foi dito mas foi sugerido, ou calado (censurado) eficientemente. O enunciado “Vote sem Medo”, na medida em que evoca, sugere, o enunciado “Sem Medo de Ser Feliz”, próprio da formação discursiva do PT, beneficia-se dessa relação, sem dizê-la, produzindo um efeito que torna mais complexa a carga significativa de “Vote sem Medo”, conjugando sentidos de discursividades equívocas. Mais carregada é essa equivocidade, se pensamos que o confronto político no campus é entre grupos de esquerda. O discurso, não esqueçamos, é efeito de sentido entre locutores.

### Tipologias e Relações entre Discursos

São muitos os critérios pelos quais se constituem tipologias na análise de discurso. Uma das mais comuns é a que reflete as distinções institucionais e suas normas. Temos então o discurso político, o jurídico, o religioso, o jornalístico, o pedagógico, o médico, o científico. Com suas variáveis: o terapêutico, o místico, o didático etc. Também as diferenças entre disciplinas podem estar na base de tipologias: o discurso histórico, sociológico, antropológico, o biológico, o da física etc. Há ainda diferenças relativas a estilos (barroco, renascentista etc), a gêneros (narrativa, descrição, dissertação), a subdivisões no interior dos já categorizados (em relação ao político: neo-liberal, marxista etc) e assim por diante. Não terminaríamos nunca de expor as ramificações de tipos e subtipos, variedades etc.

Pois bem, ao analista a tipologia pode até ser útil em alguns momentos mas não faz parte de suas preocupações centrais. O



que caracteriza o discurso, antes de tudo, não é seu tipo, é seu modo de funcionamento. Os tipos resultam eles mesmos de funcionamentos cristalizados que adquiriram uma visibilidade sob uma rubrica, uma etiqueta que resulta de fatores extra-discursivos, lógicos, psicológicos, sociológicos etc.

O que interessa primordialmente ao analista são as propriedades internas ao processo discursivo: condições, remissão a formações discursivas, modo de funcionamento. Certamente o fato de um discurso ser político, estabelece um seu regime e validade e cabe ao analista detectar essa ordem, esse regime. Mas ele não o faz pela classificação a priori – discurso político – mas pela observação de seu funcionamento. Discursos, a priori, não tidos como políticos, podem estar funcionando como tal.

Assim é que ao invés de estacionar nas macro-características, derivadas de tipologias já estabelecidas, procurei estabelecer um critério para distinguir diferentes modos de funcionamento do discurso, tomando como referência elementos constitutivos de suas condições de produção e sua relação com o modo de produção de sentidos, com seus efeitos. Distingui assim (E. Orlandi, 1989):

a. discurso autoritário: aquele em que a polissemia é contida, o referente está apagado pela relação de linguagem que se estabelece e o locutor se coloca como agente exclusivo, apagando também sua relação com o interlocutor;

b. discurso polêmico: aquele em que a polissemia é controlada, o referente é disputado pelos interlocutores, e estes se mantêm em presença, numa relação tensa de disputa pelos sentidos;

c. discurso lúdico: aquele em que a polissemia está aberta, o referente está presente como tal, sendo que os interlocutores se expõem aos efeitos dessa presença inteiramente não regulando sua relação com os sentidos.

É interessante fazer algumas observações a uma tipologia como esta que propomos. Primeiramente, ela obedece o

princípio discursivo pois não se faz a partir de categorizações apriorísticas e externas mas internas ao funcionamento do próprio discurso: a relação entre os sujeitos, a relação com os sentidos, a relação com o referente discursivo. Além disso, é importante dizer que as denominações lúdico, autoritário, polêmico não devem levar a pensar que se está julgando os sujeitos desses discursos; não é um juízo de valor, é uma descrição do funcionamento discursivo em relação a suas determinações histórico-sociais e ideológicas. Não se deve assim tomar, por exemplo, o lúdico no sentido do brinquedo mas do jogo de linguagem (polissemia) e não se deve tampouco tomar pejorativamente o autoritário como um traço de caráter do locutor, uma questão moralista, mas uma questão do fato simbólico (a inunção à paráfrase). As ilações feitas a partir da compreensão do funcionamento são resultado das interpretações do analista e devem estar apoiadas em um quadro teórico de referência.

Dito isso, é preciso acrescentar que uma sociedade como a nossa, pela sua constituição, pela sua organização e funcionamento, pensando-se o conjunto de suas práticas em sua materialidade, tende a produzir a dominância do discurso autoritário, sendo o lúdico o que vaza, por assim dizer, nos intervalos, deriva, margens das práticas sociais e institucionais. O discurso polêmico é possível e configura-se como uma prática de resistência e afrontamento.

Por outro lado, não há nunca um discurso puramente autoritário, lúdico ou polêmico. O que há são misturas, articulações de modo que podemos dizer que um discurso tem um funcionamento dominante autoritário, ou tende para o autoritário (para a paráfrase) etc. Aliás, um modo de se evitarem essas categorizações é dizer, em relação aos modos de funcionamento discursivo que apontei acima, que o discurso em análise tende para a paráfrase, ou para a monossemia (quando autoritário), tende para a polissemia (quando lúdico) e se divide entre polissemia e paráfrase (quando polêmico). Assim se evitam



as etiquetas definidoras, que são interpretadas mais pela forte carga ideológica que palavras como “autoritário” carregam do que pela sua remissão a um funcionamento discursivo.

Resta dizer que há relações de múltiplas e diferentes naturezas entre diferentes discursos e isso também é objeto de análise: relações de exclusão, de inclusão, de sustentação mútua, de oposição, migração de elementos de um discurso para outro, etc.

Há casos em que esta relação é flagrante, sendo bastante visível, como nesse texto produzido por um doente mental, afetado por dois discursos, o do terapeuta e o da igreja (Os exemplos foram coletados por Ana Elisa Bastos Figueiredo, na realização de seu doutorado “A Doença Mental e as Religiões Pentecostais”, realizada no IPUB, na UFRJ): “Eu tenho muita dor de cabeça; de noite eu não durmo; eu choro; eu sonho que minha mãe tinha morrido ontem (...) eu choro de noite; eu fico agoniado; eu sonho com Iemanjá (...) Eu tenho uma doença na cabeça; a cabeça me dói; eu choro. A Igreja me ajuda; minha cabeça pára de chorar.(...) Quando eu tô lá esses caboco não me perturba; eu tenho fé em Deus. (...) Eu quero também tomar meu remédio pra mim ficá bom.”. Ou na desse outro, vivendo as mesmas condições: “Eu vou internar por causa do problema da Igreja em mim (...) Quando a Pomba Gira baixa eu caio; a gente chora na Igreja; é o Espírito Santo; ele mostra as coisas (...)”.

Pelo procedimento analítico, em que trabalhamos com paráfrases (repetição) e metáfora (deslize), vemos que há recortes que mostram essa repetição e deslocamento:

Eu sonho que minha mãe tinha morrido/ eu sonho com Iemanjá  
eu tenho dor de cabeça / eu tenho uma doença na cabeça  
eu choro de noite/ eu fico agoniado

Esses caboco (não) me perturba/ Minha cabeça dói/ Minha cabeça chora

Onde dor de cabeça, doença na cabeça e caboco se substituem. Temos ainda em posição parafrástica: choro de noite/ fico agoniado/me perturba. E, numa posição sintética exemplar: minha cabeça chora (pára de chorar), em que dói e chora se substituem flagrantemente quase como atos falhos.

Há uma sobreposição dos discursos religioso e terapêutico em que o sujeito se significa, significando a “doença mental” de distintas maneiras, em diferentes modos de subjetivar-se. Por essa sobreposição, dor de cabeça, doença mental, caboco, demônio, se equivalem.

A sobreposição não significa que são iguais os sentidos de “minha cabeça dói” / “minha cabeça chora”. Há aí deslizamentos – efeitos metafóricos – muito significativos (que cabe ao terapeuta interpretar, com os recursos teóricos disponíveis em seu domínio de conhecimento). Do mesmo modo, em “a Pomba Gira baixa, eu caio”/ “a gente chora na Igreja; é o Espírito Santo”, Pomba Gira e Espírito Santo se substituem num sincretismo religioso em que novamente duas variedades de discurso, no caso, religioso, se relacionam mutuamente.

Como dissemos, no texto que apresentamos como exemplo, as relações são até bastante visíveis. Em outros casos será menos visível, mas todo texto é sempre uma unidade complexa; não há texto, não há discurso, que não esteja em relação com outros, que não forme um intrincado nó de discursividade. E a natureza dessas relações é importantíssima para o analista. O leitor comum fica sob o efeito dessas relações; o analista (ou o leitor que conhece o que é discurso) deve atravessá-los para, atrás da linearidade do texto (seja oral, seja escrito), deslindando o novelo produzido por esses efeitos, encontrar o modo como se organizam os sentidos.

### **Marcas, Propriedades e características: o formal, o discursivo e o conteudista**

Ao olhar os textos, o analista defronta-se com a necessidade de reconhecer, em sua materialidade discursiva, os indícios (vestígios, pistas) dos processos de significação



aí inscritos. Ele parte desses indícios. No entanto, para praticar a análise de discurso – e não a análise lingüística ou a análise de conteúdo – ele precisa ter em conta algumas distinções teóricas e metodológicas.

Como a Análise de Discurso se constitui na relação de pressuposição com a Lingüística e numa proximidade – porque se interessa pelo social e pelo histórico – com as Ciências Sociais, ela também tem de mostrar os meios pelos quais se demarca delas em sua prática analítica.

Diferencia-se da Lingüística, porque não trabalha com as marcas (formais) mas com propriedades discursivas (materiais) que referem a língua à história para significar (relação língua-exterioridade). Em uma palavra, a análise de discurso trabalha com as formas materiais que reúnem forma-e-conteúdo. As marcas formais, em si, não interessam diretamente ao analista. O que lhe interessa é o modo como elas estão no texto, como elas se “encarnam” no discurso. Daí o interesse do analista pela forma-material que lhe permite chegar às propriedades discursivas. Uma marca como a negação só interessa ao analista enquanto propriedade, por exemplo, do discurso político polêmico, tal como podemos observar no exemplo de Courtine (1975) “Não é de X que vem a violência é de Y”, que mostra a anterioridade de um discurso que afirmaria “É de X que vem a violência”. Pensando-se que X é o Socialismo e Y o Capitalismo, podemos antever o forte investimento nas relações de sentidos aí estabelecidas: de quem afinal, vem a violência? Quais as posições-sujeitos que sustentam uma ou outra interpretação (X ou Y)?

Por outro lado, à diferença da Análise de Conteúdo, instrumento tradicional de análise de textos das Ciências Sociais, não é pelo conteúdo que chegamos à compreensão de como um objeto simbólico produz sentidos. O conteúdo “contido” num texto serviria apenas como ilustração de algum ponto de vista

já afirmado alhures. No exemplo que demos mais acima, não é o conteúdo da palavra “caboco” que interessa ao analista mas a forma material caboco, com sua memória, com sua discursividade (místico, religiosa), que, ao ser posta na relação com cabeça, com o demônio, com a loucura, em um discurso como o que analisamos, produz seus efeitos de sentido.

Não atravessamos o texto para extrair, atrás dele, um conteúdo. Paramos em sua materialidade discursiva para compreender como os sentidos – e os sujeitos – nele se constituem e a seus interlocutores, como efeitos de sentidos filiados a redes de significação. É a isso que referimos quando dizemos que na Análise Lingüística e na Análise de Conteúdo se trabalha com produtos e na Análise de Discurso com os processos de constituição (dos sujeitos e dos sentidos).

### **Enunciação, Pragmática, Argumentação, Discurso**

Há uma proximidade e um trânsito constante entre esses campos de conhecimento. O que eles têm em comum é que os fatos de linguagem por eles tratados referem a linguagem ao seu exterior. A Pragmática tem sido considerada de modo mais amplo muitas vezes incluindo a enunciação, a argumentação e o discurso. Ora, é preciso distinguirem-se aí os fatos e os métodos e teorias. Do ponto de vista dos fatos, há muito em comum, na medida em que todos esses campos, pelo modo como consideram a linguagem, distinguem-se de uma abordagem lingüística imanente. No entanto, há diferenças bastante nítidas entre eles. A maneira como concebem o sujeito (na enunciação, o sujeito é um sujeito origem de si; na argumentação o sujeito é o sujeito psico-social; na Análise de Discurso, como vimos, o sujeito é lingüístico-histórico, constituído pelo esquecimento e pela ideologia) e o modo como definem o exterior (na pragmática o exterior é o fora e não o interdiscurso) marcam as diferenças teóricas, de distintos procedimentos analíticos, com suas conseqüências práticas diversificadas.



Em suma, penso que o que faz a diferença é a própria noção de língua trabalhada na análise de discurso – como um sistema sujeito a falhas – e o da ideologia como constitutiva tanto do sujeito quanto da produção dos sentidos.

## CONCLUSÃO